

INSTRUÇÕES TRABALHO – MÓDULO V

Ante a dificuldade apresentada por alguns alunos, colocamos abaixo instruções acerca do trabalho a ser apresentado referente ao módulo V.

O trabalho consiste em elaboração de um arquivo contendo 3 (três) peças/documentos distintos, cada um atinente a um aspecto diverso do caso estudado, podendo ser elaborado em grupos de até 3 (três) alunos.

(i) **Parecer Jurídico Na Ação Civil Pública**¹: o primeiro documento consiste na elaboração de um parecer jurídico referente à ação civil pública movida pelo Ministério Público Estadual, na qual o aluno deve se colocar no lugar de um Procurador do Município, devendo manifestar opinião concordante ou não com as alegações de cada parte e posicionando-se pela procedência ou não da ação.

Espera-se que sejam abordados temas como:

- (1) A aplicabilidade da lei aos agentes mencionados no caso (se todos estão ou não sujeitos ao regime legal da Lei de Improbidade; se haveria outras leis que afastariam sua aplicabilidade em termos de responsabilização individual);
- (2) A culpabilidade presente nas condutas dos agentes (existência de dolo ou culpa) e os reflexos para a punição ou dosagem das penas aplicáveis, se houver;
- (3) Causas excludentes da responsabilidade ou que possam mitiga-la (como a aprovação/rejeição de contas pelos Tribunais de Contas; ocorrência e extensão do dano causado à máquina pública, etc.);
- (4) Penalidades aplicáveis a cada um dos agentes, se entenderem cabível a condenação deles;

Ressalta-se que tais aspectos não esgotam toda a problemática envolvida no caso e novos argumentos e abordagens sempre serão bem-vindos.

Quanto à forma do parecer, sugere-se a adoção de modelos disponibilizados em módulos anteriores. Não haverá qualquer desconto de nota por ausência de formalidade necessária a um parecer jurídico. Espera-se, somente, a correção gramatical e a diligência formal exigíveis de alunos de terceiro ano de um curso de direito. Tal ressalva é válida para os demais documentos.

Tal documento deverá conter aproximadamente 3 laudas.

¹ No caso, a peça exigida é um parecer, a despeito de haver previsão nesse sentido na Lei de Improbidade. O rito legal constante da Lei 8.429/92 é idêntico ao previsto para a Ação Popular, no qual os órgãos de representação judicial da administração pública, se esta não for a autora da ação, deverão optar por ingressar no polo ativo em litisconsórcio com o Ministério Público ou abster-se de contestar a ação. Para facilitar e simplificar a elaboração da peça, adotou-se a proposta de um parecer em que se manifeste opinião concordante ou não com a ação movida pelo Ministério Público.

(ii) **Decisão de Julgamento de Processo Administrativo:** o aluno deverá se colocar no lugar de autoridade presidente e membro de comissão processante do processo administrativo disciplinar movida contra o servidor Marcos, de modo a julgar a denúncia oferecida, opinando pela sua condenação ou não, além das penalidades, em tese, cabíveis, em especial sua demissão (não se exige o aprofundamento em dispositivos legais com previsão de penalidades, podendo fazer referências genéricas – ex.: ser cabível multa, ressarcimento dos valores de remuneração, etc.).

Espera-se que sejam abordados temas como:

- (1) Natureza da ocupação de Marcos e sua classificação de agente público (era servidor, agente político, funcionário público, particular em colaboração, comissionado, estatutário, empregado público, submetido a regime celetista, etc.). É importante a conceituação com clareza e profundidade de tais elementos;
- (2) A possibilidade e legalidade do acúmulo de funções havida no caso e as possíveis consequências decorrentes: era possível a acumulação? Qual o fundamento legal? Qual a repercussão da acumulação ilegal, se assim entendido?;
- (3) A aplicação do teto remuneratório constitucional às funções por ele exercidas: pela natureza de sua função pública estaria submetido ao teto? Qual os valores máximos? Qual a consequência de sua violação?
- (4) Se Marcos gozava ou não de estabilidade, fundamento de sua opinião e reflexos para eventual sanção a ser aplicada;
- (5) Hipóteses de perda do cargo para as funções exercidas por Marcos e o seus fundamentos, se entender cabível tal sanção

Não se exige que o documento seja dividido em itens, mas apenas que abordem tais aspectos em encadeamento lógico.

Em relação à forma, pode ser adotada tanto a estrutura de uma sentença judicial ou propriamente de uma decisão proferida em processo administrativo. Não haverá qualquer desconto de nota por ausência de formalidade necessárias. Espera-se, somente, a correção gramatical e a diligência formal exigíveis de alunos de terceiro ano de um curso de direito.

Tal documento deverá conter aproximadamente 2 laudas.

(iii) **Resposta à Consulta da Empresa XPTO:** na condição de advogados da Empresa XPTO, os alunos deverão elaborar uma resposta à consulta formulada pelos acionistas e diretores da empresa em questão frente à possibilidade de responsabilização individual e da própria pessoa jurídica pelos atos ilegais praticados por seu diretor/presidente.

Espera-se que sejam abordados temas como:

- (1) Aplicabilidade da Lei Anticorrupção (Lei 12.846/13) aos diversos agentes envolvidos e à própria pessoa jurídica;
- (2) Possíveis sanções aplicáveis (pode ser colocado de forma genérica/em tese);
- (3) Possibilidade de se firmar Acordo de Leniência, especificando seus requisitos, legitimidade para proposição e reflexos sancionatórios.

Não há qualquer exigência formal, podendo o aluno adotar a forma de um parecer jurídico ou qualquer outra desejável. As colocações devem ser feitas em texto corrido. Não haverá qualquer desconto de nota por ausência de formalidade necessárias. Espera-se, somente, a correção gramatical e a diligência formal exigíveis de alunos de terceiro ano de um curso de direito

Tal documento deverá conter aproximadamente 1 lauda.

Especificações:

DATA DE ENTREGA: 03/12 (via Stoa-Moodle) até às 23h59.

GRUPOS: até 3 alunos, não se exigindo que estejam no mesmo grupo de monitoria (se possível se identifiquem no corpo do arquivo com nome e número USP dos integrantes do grupo).

FORMATO: arquivo em .DOC/.DOCX/.PDF (deverá ser entregue por somente um dos alunos do grupo)

SESSÃO DE DÚVIDAS: monitores estarão presentes na mesma sala em que ocorrem as aulas no dia 22/11, em torno das 11h. Quaisquer dúvidas podem ser sanadas por meios eletrônicos (e-mail, mensagem stoa-moodle, facebook, etc.).

E-mail monitores:

Ingrid: ingrid.mian@gmail.com

Fábio: fabio.gomes@usp.br

Renata: rcorrea@pn.com.br

Lucas Brandão: lucasbbc@live.com

Lucas Pedroso: lucas.pedroso@usp.br

Tiago: tiagopbalestrini@gmail.com